

31/01/2017 - Telesíntese

## Telebras investe só 41% dos recursos autorizados em 2016

As estatais brasileiras investiram no ano passado R\$ 56,4 bilhões, ou 74% dos recursos autorizados. Mas Telebras, Correios e Finep, vinculados ao MCTIC tiveram um desempenho bem inferior à média nacional. A Telebras investiu apenas 40,7% de seu orçamento; os Correios, 38,7% e a Finep, 55,5%

O Ministério do Planejamento divulgou hoje, 31, a execução orçamentária das estatais do ano passado. No total, as estatais brasileiras investiram R\$ 56,4 bilhões, 74% da dotação que havia sido autorizada pelo Orçamento da União. Mas o desempenho das empresas vinculadas ao extinto Ministério das Comunicações e mesmo da agência que financia a inovação tecnológica, vinculada ao MCTIC, foram bem inferior à taxa média das demais corporações.

Conforme o relatório do governo, a Telebras, que tinha um orçamento de R\$ 778,663 milhões para aplicar em seus projetos estratégicos, investiu no ano passado apenas 40,7% desse total, ou R\$ 317,813 milhões.

A estatal tem o lançamento de satélite previsto para março, mas ainda não concluiu a licitação para as estações terrenas. Comenta-se no mercado que a EMC, empresa que ganhou a primeira licitação, que depois foi anulada, por determinação do TCU, teria ganhado novamente o certame. Mas a Telebras estaria tentando desclassificar essa empresa, informam fontes do setor, porque a atual diretoria da estatal entende que ela não teria capacitação técnica para entregar os gateways e estações terrenas prometidos.

ECT

Os Correios também tiveram um desempenho bem inferior ao que poderiam ter feito. Dos R\$ 800 milhões destinados pelo Congresso Nacional, a empresa gastou apenas 38,7% ou R\$ 309,485 milhões. A nova gestão, sob a batuta do ministro Gilberto Kassab, cancelou o serviço de sedes pela internet (o e-sedex) e está realizando um grande enxugamento de pessoal, com um PDV, e de suas agências.

### Finep

A Finep – Financiadora de Estudos de Projetos – braço importante no apoio à inovação e desenvolvimento tecnológico brasileiro, por sua vez, investiu 55,5% dos recursos a ela destinados. Ostentando um volumoso orçamento de R\$ 4,741 bilhões, só gastou R\$ 2,630 bilhões



30/01/2017 - Telesíntese

## Egípcio prorroga validade de oferta à Oi

### Naguib Sawiris mantém proposta de plano alternativo para recuperar a operadora brasileira

O egípcio Naguib Sawiris, dono da operadora Orascom, prorrogou até 28 de fevereiro a proposta de recuperação que havia apresentado à diretoria da Oi em dezembro último. Na proposta, ele se comprometeu a investir US\$ 250 milhões do próprio bolso na concessionária brasileira, enquanto outro US\$ 1 bilhão viria

de credores da Oi e do mercado.

Com isso, a Oi tem no momento ao menos três grupos interessados em assumir seu comando durante a recuperação: a Orasco, de Sawiris, que tem apoio de credores reunidos pela consultoria financeira Moelis; o fundo Cerberus, associado ao brasileiro Ricardo K;

e o fundo Elliott, do bilionário norte-americano Paulo Singer.

As propostas devem ser debatidas nesta quarta-feira, 01, durante reunião do conselho de administração da Oi, que já admite converter parcela da dívida em ações, o que dilui o poder dos atuais controladores.

30/01/2017 - Telesíntese

## Norte espera pelo satélite da Telebras

### Para os provedores que atuam em cidades distantes de Manaus, o satélite de banda Ka pode ser uma solução de mais qualidade e mais barata.

A principal pergunta dos provedores regionais do Amazonas em relação ao satélite geoestacionário brasileiro (SGBC), cujo lançamento está marcado para o dia 21 de março, na base de Kouru, na Guiana, ficou sem resposta. Todos queriam saber qual será o modelo de negócios para os provedores. Ou seja, que serviços serão comercializados e qual será o custo do Mbps.

Segundo Daniel Pires de Freitas Neto, gestor de produtos da Telebras, já está definido que para os clientes de governo serão os mesmos produtos do portfólio atual: transporte ponto a ponto e MPLS. Mas para os clientes privados, o modelo de negócios ainda depende de aprovação da direto-



ria da empresa e a expectativa é que essa definição saia até meados de fevereiro, no mais tardar.

Para os provedores que atuam em cidades e regiões do interior mais distantes de Manaus, e que hoje já usam a comunicação via satélite para oferecer banda larga, o SGBC, que será operado pela Telebras, pode ser uma boa opção. Por ser de órbita baixa – está a 30 mil km de altura –, em banda Ka, tem latência menor e melhor qualidade do sinal. “A latência é de 600 milissegundos e só se percebe em aplicações como videoconferência e jogos”, explicou Freitas. E custa menos. Entre outros motivos, “a taxa por Megabit é mais alta”, acrescentou ele.

31/01/2017 - Rede Brasil Atual

## Desemprego recorde, alta da informalidade e menos R\$ 6,5 bi/mês em 2016

**Segundo o IBGE, país perdeu 1,7 milhão de vagas e fechou 3,1 milhões de postos de trabalho, sendo 1,4 milhão com carteira assinada. Rendimento do trabalho caiu**

A crise levou o país, em 2016, a seu pior resultado no mercado de trabalho, com 11,5% de taxa média de desemprego, três pontos percentuais acima do ano anterior. Consideradas as médias anuais, são 1,758 milhão de ocupados a menos e 3,175 milhões de desempregados a mais, em um total estimado em 11,760 milhões.

Em números gerais, 1,4 milhão de pessoas entraram no mercado, que fechou 1,8 milhão de vagas, resultando nesses quase 3,2 milhões de desempregados a mais no ano. A informalidade aumentou. Com queda na ocupação e na renda, a massa de rendimentos teve diminuição calculada em R\$ 6,489 bilhões por mês, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada hoje (31) pelo IBGE.

O total de ocupados foi estimado em 90,384 milhões, queda de 1,9% no ano. Foi a primeira diminuição na recente série histórica, iniciada em 2012. Com isso, a variação em cinco anos é de apenas 1%. Já o número de desempregados cresceu 37% de 2015 para 2016, acumulando crescimento de 65,6% desde 2012, praticamente concentrado nos dois últimos anos, quando o total saltou de 6,7 milhões para quase 11,8 milhões.

No mercado formal, os empregados com carteira no setor privado (34,293 milhões) caiu 3,9% no ano, o correspondente a uma perda de 1,406 milhão de vagas. Houve pequeno crescimento dos empregados sem carteira (0,7%, para 10,147 milhões) e dos trabalhadores por conta própria (1,2%, para 22,523 milhões). Também aumentou o número de trabalhadores no setor doméstico: 1,5%, para 6,170 milhões.

Estimado em R\$ 2.029, o rendimento médio caiu 2,3%. E a massa de rendimentos recuou 3,5%, de R\$ 185,354 bilhões para R\$ 178,865 bilhões.



### Trimestre

No quarto trimestre de 2016, o IBGE calculou a taxa de desemprego em 12%, a maior da série, estável em relação ao terceiro (11,8%) e com crescimento de 3,1 pontos ante igual período do ano anterior. O número de desempregados foi estimado em 12,342 milhões, crescimento de 2,7% ante o trimestre julho/setembro e de 36% sobre o último período de 2015 (mais 3,269 milhões de pessoas nessa condição).

Apenas do terceiro para o quarto trimestre do ano passado, 747 mil pessoas aumentaram a força de trabalho no país, que criou 427 mil vagas, em número insuficiente para absorver essa mão de obra,

resultando em mais 320 mil desempregados. Em quatro trimestres, o acréscimo da força de trabalho foi de 1,286 milhão (1,3%), enquanto o mercado fechou 1,983 milhão de vagas (-2,1%), resultando nos 3,269 milhões de desempregados a mais (36%).

Os ocupados (90,262 milhões) aumentaram 0,5% no trimestre (427 mil) e caíram 2,1% em 12 meses, perda de 1,983 milhão. Eram 34,005 milhões de empregados com carteira assinada no setor privado, quedas de 0,5% e de 3,9%, respectivamente (menos 1,398 milhão na segunda comparação).

Entre os setores de atividade, o nível de ocupação na indústria caiu 7,7% em 12 meses, com perda de 955 mil postos de trabalho. A construção perdeu 857 mil, retração de 10,8%. O comércio/reparação de veículos ficou perto da estabilidade (-0,4%, menos 75 mil) e o emprego doméstico caiu 3,7% (perda de 238 mil vagas). O único segmento a registrar alta foi dos serviços de alojamento e alimentação, com crescimento de 5,4%, acréscimo de 247 mil vagas.

O rendimento médio (R\$ 2.043) ficou estável tanto no trimestre como na comparação com o último período de 2015. E a massa de rendimentos (R\$ 180 bilhões) cresceu 1,2% ante o terceiro trimestre e manteve-se praticamente estável em 12 meses.

29/01/2017 - RBA

## Aposentados e trabalhadores prestes a se aposentar reforçam mobilização

Para o Sindae-se, reforma é um atraso na vida dos jovens trabalhadores e também daqueles que já deram seu tempo de contribuição

A mobilização contra a reforma da Previdência proposta pelo governo de Michel Temer (PMDB), que restringe e dificulta o acesso dos trabalhadores à aposentadoria está sendo reforçada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente da Bahia (Sindae-BA).

Nesta semana, aposentados e trabalhadores do setor que estão perto de se aposentar se reuniram para discutir os pontos do projeto de reforma do governo.

Para o Sindae-BA, trata-se de um atraso para os que estão chegando agora ao mundo do trabalho e especialmente para aqueles que já deram seu tempo de contribuição e só estavam esperando o momento certo para gozar o seu direito de descanso.

O encontro contou com a participação de Ana Georgina, do Dieese, e de advogados da área previdenciária.



29/01/2017 - RBA

## Vagner Freitas: 'Temer usa suposto rombo na Previdência para acabar com aposentadoria'

Em vez de acabar com a aposentadoria, governo deveria reduzir renúncias, combater a sonegação e retomar o crescimento econômico com criação de emprego e renda

A política recessiva e conservadora de Michel Temer (PMDB) causa desemprego em massa e contribui para aumentar o suposto déficit na Previdência, que seria de R\$ 149 bilhões em 2016, segundo o governo. A afirmação é do presidente da CUT, Vagner Freitas. Segundo ele, a prova é que, após sete anos no azul, a Previdência urbana, mantida com contribuições de trabalhadores e empregadores, registrou em 2016 saldo negativo de R\$ 46,3 bilhões. O dado é do próprio governo.

Freitas lembra que os números foram manchete em todos os jornais que defendem a reforma da Previdência e que aderiram, sem questionamentos, ao mote da propaganda de Temer. "A proposta de Temer restringe ou dificulta tanto o acesso à aposentadoria que será praticamente impossível conseguir o benefício. Não é uma reforma da Previdência e sim o fim da aposentadoria, especialmente para os trabalhadores menos qualificados, que entram no mercado de trabalho mais cedo, sem carteira assinada, passam vários períodos desempregados ou subempregados, para as mulheres

e os trabalhadores rurais."

O dirigente destaca que milhões de brasileiros não conseguirão mais se aposentar se o Congresso Nacional aprovar o aumento do tempo de contribuição de 15 anos para 25 anos, além de aumentar a idade mínima para o direito ao benefício para 65 anos tanto para homens quanto para mulheres. "Essas mudanças atingirão principalmente os trabalhadores rurais e as mulheres", ressalta.

"É claro que a crise econômica, que derrubou a arrecadação, e o desemprego de mais de 13 milhões de trabalhadores pode ter contribuído para o resultado negativo de 2016. Porém, nem o governo nem a mídia dizem que os técnicos manipulam os números da Previdência incluindo na conta itens fundamentais para o saldo negativo."

Entre os itens, ele destaca a diminuição da arrecadação da seguridade devido aos efeitos da Desvinculação de Receitas da União (DRU), a sonegação fiscal, renúncias tributárias com impacto sobre a arrecadação da Seguridade, o fim de fontes de recursos criadas pela

Constituição, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), criada para financiar a seguridade, a aposentadoria e outras áreas da saúde e assistência social.

"Se somarmos todas as fontes de recursos mais as contribuições de trabalhadores e empregados e excluirmos da conta as renúncias fiscais, o orçamento da seguridade foi superavitário em 2015", diz. "Mas, o governo divulgou um rombo da Previdência de R\$ 85,8 bilhões porque "esqueceu" de excluir da conta, no mínimo, os R\$ 45,694 bilhões de renúncias fiscais."

Para o presidente da CUT, "ao invés de reformar os benefícios dificultando o acesso à aposentadoria, além de tentar enganar a população, manipulando as contas, o governo deveria reduzir esse número absurdo de renúncias, criar instrumentos para cobrar, de fato, os devedores da Previdência Social, combater a sonegação e retomar urgentemente o crescimento econômico com a geração de emprego e renda", defende.

28/01/2017 - Rede Brasil Atual

## Entidades pressionam por retomada da 'lista suja' do trabalho escravo

"É muito importante combater esse tipo de exploração extrema, que é o trabalho escravo. E o consumo consciente, acho que é o caminho principal", afirma associação representante de magistrados

Organizações representantes da sociedade civil defenderam hoje (28), Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, a volta da divulgação da lista suja do trabalho escravo, que mostra o cadastro de empregadores flagrados usando mão de obra em situação análoga à escravidão.

Em maio de 2016, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, atual presidente da Corte, revogou medida cautelar que suspendia por dois anos a divulgação da lista. A medida havia sido solicitada por incorporadoras imobiliárias que questionavam a constitucionalidade da divulgação. Com isso, o cadastro poderia voltar a ser divulgado. A lista é publicada pelo Ministério do Trabalho, mas a pasta informa ter suspenso temporariamente a divulgação, pois as normas atuais não têm assegurado o direito ao contraditório e à defesa dos incluídos na lista.

Para a diretora de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra1), Daniela Muller, a criação da lista foi um avanço no combate ao trabalho escravo no país e a divulgação precisa ser retomada. Ela lembra que o cadastro foi considerado referência pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na avaliação da diretora, a lista serve para engajar a sociedade e evitar o consumo dos produtos de empresas que usam trabalho escravo. "É muito importante que a sociedade se envolva, porque os instrumentos jurídicos legais não valem nada se a população não abraça a causa. É muito importante combater esse tipo de

exploração extrema, que é o trabalho escravo. E o consumo consciente, acho que é o caminho principal", disse, acrescentando que esse tipo de exploração cria uma concorrência desleal com as companhias que cumprem as obrigações.

Barreira comercial e transparência

Para o coordenador da organização não governamental Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, a não divulgação da lista "contribui para o erguimento de barreira comercial não tarifária contra setores brasileiros, na medida em que torna a economia nacional menos transparente e tira um instrumento fundamental para a proteção dos negócios no exterior".

"A lista suja facilita que uma empresa que queira saber onde está o risco de seus fornecedores possa fazer um gerenciamento de risco pontual, caso a caso, e não suspendendo a importação de um determinado produto ou criando problemas para um setor econômico inteiro. A lista suja traz informação à sociedade e ao mercado e uma economia só é saudável quando tem informação circulando livremente", ressaltou o coordenador da organização, que atua no combate ao trabalho escravo.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/01/entidades-pressionam-por-retomada-de-divulgacao-da-lista-suja-do-trabalho-escravo>



30/01/2017 - Rede Brasil Atual

## Ataque aos bancos públicos serve para justificar volta das privatizações

Para economista, era pós-golpe expõe a discussão da época de FHC. "Com crise dos estados, vão aproveitar para vender o que ainda é público. Estão ressuscitando até a ideia de fundir a Caixa ao BB"

A era das privatizações está de volta. Basta olhar o pacote de recuperação fiscal que está sendo negociado entre o governo federal e o governo do Rio Grande do Sul para confirmar: estão na mira a Companhia Estadual de Energia Elétrica, a Companhia Riograndense de Mineração, a Sulgás e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

O banco estadual é considerado "a joia da coroa" gaúcha, nas palavras do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. Já o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que sua venda "vai fazer parte das discussões" sobre "o que será necessário" para a recuperação do estado.

A venda do Banrisul como tábua de salvação para a economia faz parte de uma série de ataques feitos aos bancos públicos brasileiros nos últimos anos. Representa também o retorno à política de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente que deu fôlego às privatizações. Entre outras empresas públicas, vendeu principalmente bancos estaduais. Hoje, restam abertos cinco bancos estaduais.

Meirelles confirmou os interesses na privatização do banco gaúcho na quinta-feira passada, 26 de janeiro. Pouco mais de 24 horas depois, as ações do Banrisul registraram um aumento acumulado de 22,5% entre quinta e sexta-feira. A alta foi tão repentina que, no dia seguinte ao anúncio, o banco precisou emitir um comunicado ao mercado a pedido da Bovespa para "justificar a movimentação atípica de ações". O texto, no entanto, não menciona o ministro, mas aponta como motivo da corrida por ações uma publicação jornalística:

"A movimentação atípica se deu a partir da matéria publicada pelo jornal Valor Econômico que, em seu artigo de capa e em versão eletrônica, colocou a privatização do Banrisul como condição para ajuda do Governo Federal ao Estado do Rio Grande do Sul."

O anúncio da análise sobre a possibilidade de venda do banco foi o suficiente para deixar o mercado financeiro ouriçado. O banco BTG Pactual, segundo o site InfoMoney, já prevê que "o valor de um Banrisul privatizado seria de pelo menos duas vezes o valor atual". Já o presidente do banco Santander, Sergio Rial, disse se considerar "obrigado" a avaliar a oportunidade, segundo o jornal Zero Hora.

O professor de economia Fabricio Jose Missio, da Universidade Federal de Goiás, afirma que, pelo posicionamento do governador gaúcho — de redução do tamanho do Estado e da venda de estatais — e dada a crise econômica do estado, "é provável que essa discussão siga em frente e que aconteça, de fato, a privatização".

Tamanho interesse pelo banco gaúcho pode estar no fato de que a instituição renovou, em maio de 2016, o contrato exclusivo de dez anos para fazer o pagamento

dos servidores do estado. O banco pagou R\$ 1,27 bilhão para se manter o único operador dos salários do funcionalismo. No final de setembro de 2016, seus 45 mil consorciados lhe rendiam um saldo de ativos totais de R\$67,8 bilhões. O banco tem 536 agências distribuídas pelo país e no exterior, com 11.255 funcionários.

Ironicamente, o Rio Grande do Sul está entre os estados listados com maiores problemas financeiros, com salários atrasados. "Existe uma expectativa, por parte da iniciativa privada, de gerenciar essa carteira que gera muito dinheiro", explica Missio.

Há uma lógica perniciososa que motiva este interesse da iniciativa privada pelo Banrisul. Além de ser uma folha de pagamento robusta, já que todos os servidores do estado passam a ser obrigados a ter conta no banco, os débitos desses servidores também tendem a ser atrelados ao banco de sua conta salário. E, em tempo de crise econômica e salários atrasados ou parcelados, a tendência é de aumento do endividamento com empréstimos e cheque especial, que geram lucros para o banco a partir da cobrança de juros. A taxa de cheque especial em 2016, por exemplo, no Banrisul girou em torno de 12% enquanto no Santander ficou na faixa dos 15%.

O ataque aos bancos públicos começa em 2009. O motivo central das críticas feitas por analistas da imprensa tradicional era o aumento nos repasses feitos do Tesouro Nacional para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ideia, então, era estimular a economia com mais financiamentos direcionados em investimentos que se convertessem em emprego e produção para combater a crise econômica. Entre 2009 e 2014, o Tesouro transferiu cerca de R\$ 411 bilhões ao BNDES. Essas medidas foram então elogiadas até mesmo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

A pesquisadora da Unicamp Maria Cristina Penido de Freitas, doutora em economia pela Universidade de Paris, explica que, após o impeachment, o cenário mudou:

"Agora que mudou o governo, que o neoliberalismo regressou, voltou também a discussão sobre a privatização, que era uma discussão da época do FHC. Com a crise dos estados, vão aproveitar para vender o que ainda é público. Estão ressuscitando até a ideia de fundir a Caixa ao Banco do Brasil."

Mais do que a venda, entre os bancos federais tem se destacado a mudança de gestão voltada para os interesses do mercado. Eles estão agindo sob a mentalidade de bancos privados, que focam no lucro, e, com isso, o país perde. Mudanças recentes no Banco do Brasil, por exemplo, demonstraram um interesse maior em aumentar a rentabilidade e "melhorar a eficiência operacional". Em outubro, BB e Caixa chegaram a manter juros mais altos do que os de bancos privados.

"Se é para se comportar como banco privado, então privatiza", critica a professora de economia da Univer-

sidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Gentil. Ela explica a diferença entre os posicionamentos e a importância de bancos públicos:

"O resultado que um banco público quer colher é o progresso. Eles podem correr o risco de fazer empréstimos de longo prazo que os bancos privados não fazem, porque têm um objetivo de retorno a curto prazo como lucro elevado. Por isso, numa crise, os bancos privados se protegem. Então eles correm para outros ativos que não são de interesse coletivo, eles se preservam da crise. Eles param de emprestar, como vimos em sua forma mais dura no Rio de Janeiro, onde alguns serviços foram vetados."

O Brasil já tem um número restrito de bancos. Dos quatro maiores (Banco do Brasil, Itaú, Caixa e Bradesco), dois são federais. Juntos, os quatro detêm 72,4% do mercado. Isso faz aumentar a importância dos dois principais bancos públicos, porque não existe competição forte que faça, por exemplo, as instituições disputarem na oferta de empréstimos. Ou seja, a alta concentração bancária diminui a oferta de crédito.

"A questão é que as taxas de lucro dos bancos no Brasil são absurdamente altas", explica Freitas. Entre julho e setembro de 2016, o Banco do Brasil teve um lucro líquido de R\$2,337 bilhões de reais. Para ela, não é necessário que bancos públicos tenham taxas de juros tão elevadas quanto as privadas e não se pode avaliar um banco público com os critérios de bancos privados, porque seus objetivos são diferentes: "O argumento de que um banco público não é eficiente é absolutamente ideológico".

Quem acaba sofrendo mais com essas mudanças de posicionamento dos bancos federais é a população mais pobre, que é cliente de empréstimos menores. Os serviços dos quais ela depende não interessam aos bancos privados, que focam em empréstimos de altas quantias a curto prazo, porque dão mais lucro.

Da mesma forma as agências fechadas em regiões para fora do ciclo Rio-São Paulo, onde está o maior peso da economia, também não interessam por não gerarem tanta lucratividade. É o que explica Missio:

"Quando o Banco do Brasil fecha agências, por exemplo, você pode ter certeza que quem vai sofrer mais vai ser a população rural familiar. Porque não estamos falando de um país como a Inglaterra, que tem uma agência bancária em cada esquina. A alta concentração bancária e os juros altos sempre vão afetar a parcela mais pobre da população."

Finalmente, os juros dos bancos federais ficam mais altos do que o dos particulares é, segundo o professor, "um ajuste no tamanho do Estado" e "uma estratégia para fortalecer os bancos privados que, junto da Fiesp, são os principais apoiadores do processo de impeachment".